

Ilustração do demônio Baal por Louis Le Breton, gravada por M. Jarrault (*Dictionnaire Infernal*, 1863). Arte de domínio público. Composição visual remixada.

DOI: 10.53981/destrocos.v6i1.57893
RESENHAS

A SABEDORIA POR MEIO DA EXPERIÊNCIA: RESENHA DE *INTRODUZIONE A GIORGIO AGAMBEN* DE CARLO SALZANI E ERMANO CASTANÒ

Andityas Soares de Moura Costa Matos
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil

Resenha de:
CASTANÒ, Ermano; SALZANI, Carlo. *Introduzione a Giorgio Agamben*. Genova: Il Melangolo, 2024.

Como citar: MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. A sabedoria por meio da experiência: resenha de Introduzione a Giorgio Agamben de Carlo Salzani e Ermano Castanò. *(des)troços: revista de pensamento radical*, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. e57893, jan./jul. 2025.

Este trabalho está licenciado sob uma licença *Creative Commons Attribution 4.0*.

Não obstante o fato de Giorgio Agamben ser um filósofo ainda "novo" – visto que está vivo –, é impressionante a quantidade de artigos e trabalhos interpretativos dedicados à sua obra, entre os quais se destacam as leituras extensivas que pretendem dar um sentido unívoco à totalidade de sua produção. Trata-se de uma empresa das mais arriscadas, seja porque o autor continua produzindo seus textos e, dessa forma, nenhuma leitura pode se pretender "final" ou completa, seja porque a fragmentariedade, a alta indisciplinaridade e certo solipsismo erudito integram a expressão filosófica de Agamben.

Sobre esses livros de natureza mais geral que pretendem dar conta de Agamben no cenário da filosofia contemporânea e no contexto mais específico de sua própria obra, me parece necessário fazer constar que quase nenhuma delas está traduzida em português, caso se excetue o estudo pioneiro de Edgardo Castro – *Introdução a Giorgio Agamben: uma arqueologia da potência* – que, mesmo que bastante útil para leitores iniciais, está hoje superado, além de conter vários equívocos teóricos. Nesse sentido, seria mais do que conveniente a tradução de *Introduzione a Giorgio Agamben* (Genova: Il Melangolo, 2024, 320 p.) de Carlo Salzani e Ermano Castanò, pois entre os muitos livros dedicados a compreender o sentido total da obra de Agamben que li – a maioria em inglês –, este é sem dúvida o melhor.

Ainda que os capítulos da obra de Salzani e Castanò sejam forçosamente esquemáticos ao tentar decifrar em um espaço limitado as teses muitas vezes esotéricas que comparecem em toda a produção de Agamben, tal defeito verdadeiramente inevitável nesse tipo de obra geral é largamente compensado pela linguagem clara, quase didática, em que o livro é escrito, preocupando-se os autores em demonstrar como, apesar da diversidade de termos, estilos e temas que atravessa a obra agambeniana, ela constitui um todo unitário coerente, não podendo ser reduzida, como fazem muitos intérpretes, às discussões políticas contidas na série *Homo sacer*. Com efeito, desde o primeiro capítulo, Salzani e Castanò frisam que, apesar de sua forma bastante diversa daquela que se espera de uma "filosofia" oficial, a escrita de Agamben parte de uma densa crítica à ontologia ocidental, na linha daquela proposta por Heidegger e, ao fazer confluir linguagem, tempo e história – elemento inexistente em Heidegger e que Agamben aprendeu a valorizar graças a Benjamin –, acaba por levar a filosofia a seus limites, gerando esse sentimento de estranheza e deslumbramento que sempre, em graus variáveis, se apossa de nós quando estamos diante de um texto de Agamben, cujo estilo é tão inconfundível que poderia inclusive abrir mão da assinatura, dado que, jogando um pouco com os conceitos do filósofo italiano, seu estilo é sua própria assinatura.

Entre os grandes méritos da obra de Salzani e Castanò, já o disse, está a preocupação dos autores em demonstrar a continuidade presente no pensamento de Agamben, e uma maneira de fazê-lo consiste em indicar que alguns termos praticamente incompreensíveis por ele utilizados podem ser melhor entendidos caso sejam aproximados de outros conceitos agambenianos que, sem deixar de ser crípticos, são, contudo, mais articulados ao longo de sua obra. Dessa feita, por exemplo, a pouquíssimo explicada ideia de *ética* em Agamben se esclarece quando se aproxima da noção de *uso*, assim como a *in-fância* não passa de uma maneira inicial do filósofo italiano indicar, nas obras dos anos 70 e 80, a *(im)potência*. O misterioso *irreparável/insalvável* pode ser lido como uma forma de *imanência absoluta*, ou seja, um *ser assim*, dessa maneira e não de outra, enquanto a expressão *que vem*, tornada quase canônica por Agamben – mas originalmente proposta por Benjamin em 1918 no ensaio *Sobre o programa da filosofia que vem* – pode ser compreendia como uma dimensão do *tempo messiânico*, ou seja, não

como um tempo futuro, e sim um tempo presente, que já está acontecendo e que, portanto, vem (no presente do indicativo).

Outro ponto forte do livro reside no "novo uso" que os autores dão aos famosos microtextos precedidos de *alephs* que Agamben usa em muitos de suas obras para comentar, como se fossem breves *excursus*, temas importantes mas que não se relacionam tão diretamente aos problemas que ele expõe no livro em questão. Pois bem, ao final da análise de quase todos os livros de Agamben, os autores inserem alguns textos precedidos de *alephs* que, para mim, são o que há de mais precioso no volume, dado que esclarecem os bastidores do laboratório filosófico de Agamben, instauram discussões com especialistas na sua obra, apresentam Agamben em diálogo com outros filósofos e intelectuais (Kafka, Debord, Derrida etc.), narram anedotas de sua vida particular – como o jovem Giorgio, em um tempo sem *internet*, conseguiu o endereço de Hannah Arendt para remeter-lhe o artigo *Sobre os limites da violência?* –, esclarecem termos-chave do pensamento agambeniano – *v.g.*, sacralidade, vida nua, forma-de-vida – de maneira rápida e confiável e, enfim, expõem as peculiaridades que não poderiam faltar em um filósofo tão singular quanto Agamben, tal como o hábito de não citar ou citar muito pouco as suas fontes, desconsiderando as convenções acadêmicas e se entrincheirando ao lado de Benjamin, cuja ambição "metodológica" seria desenvolver uma arte das citações sem aspas.

É claro que, agindo assim, Agamben se expõe à desconfiança e mesmo ao desprezo dos acadêmicos – em especial os do Norte global –, o que parece não lhe importar muito, dado que, segundo entendo, na linha do que afirma Nietzsche no § 381 da *Gaia ciência*,[1] o seu estilo de escrita pretende selecionar certo tipo de leitor que não apenas seja culto o bastante para saber onde começa e onde termina a "citação sem aspas" dos filósofos, escritores e artistas com que Agamben trabalha, mas também seja suficientemente maduro para abandonar os protocolos com os quais a academia submergiu a filosofia e a transformou em uma amorfa disciplina. Com isso Agamben parece indicar que o gesto de escrever e de pensar nada tem a ver com a paranoia universitária que determina a insistente delimitação do campo do pensamento por meio do dispositivo da autoria, a ser constantemente repetido e reafirmado por meio de infinitas notas e referências. Além disso, da mesma maneira que desconsidera as regras da "boa educação acadêmica" ao deixar de citar de maneira "correta", Agamben pouco se importa com os dogmas da originalidade ou do ineditismo, pois retoma em muitos de seus textos não somente ideias já expressas em escritos mais antigos, mas parágrafos e mesmo páginas inteiras, que ele reestrutura e insere no novo texto. Hoje, se fosse professor universitário – algo que ele não pôde suportar, com toda razão, desde 2009, tendo abandonado a academia para se colocar em um espaço de "exílio" que recorda tanto o fracasso benjaminiano quanto o isolamento voluntário debordiano –, certamente Agamben seria acusado de autoplágio, conceito, convenhamos, dos mais ridículos, pois

[1] "*A questão da compreensibilidade*. — Não queremos apenas ser compreendidos ao escrever, mas igualmente não ser compreendidos. De forma nenhuma constitui objeção a um livro o fato de uma pessoa achá-lo incompreensível: talvez isso estivesse justamente na intenção do autor — ele não *queria* ser compreendido por 'uma pessoa'. Todo espírito e gosto mais nobre, quando deseja comunicar-se, escolhe também os seus ouvintes; ao escolhê-los, traça de igual modo a sua barreira contra 'os outros'. Todas as mais sutis leis de um estilo têm aí sua procedência: elas afastam, criam distância, proíbem 'a entrada', a compreensão, como disse — enquanto abrem os ouvidos aqueles que nos são aparentados pelo ouvido".

torna o pensamento tão privado que sequer suporta a sua repetição por parte da mesma entidade "autoral" que o criou, exigindo, no mais puro estilo neoliberal, a contínua produção do novo, do inédito e do surpreendente que, no final das contas, não diz nada. As repetições de Agamben, ao contrário, mesmo que literais, funcionam como uma colagem dadaísta, sempre revelando algo verdadeiramente novo, inédito e surpreendente.

A obra de Salzani e Castanò analisa os livros de Agamben um a um, inicialmente adotando o critério cronológico, o qual, contudo, é abandonado em nome de um critério sistemático-teórico quando chega o momento de ler o projeto *Homo sacer*, o que me parece uma boa estratégia, tendo em vista a dificuldade, a extensão e os fortes vínculos existentes não só entre as nove obras canônicas que compõem o projeto, mas também com livros que, tal como *O aberto, O tempo que resta* e *Signatura rerum*, são indispensáveis para compreendê-lo. É claro que em um livro que pretende oferecer uma visão de conjunto de uma obra tão variada e complexa como a de Agamben, há pontos positivos e negativos que traduzem as contínuas escolhas que os autores forçosamente devem fazer.

No que diz respeito a elementos que poderiam ter sido trabalhados com mais cuidado, entendo que faltou uma discussão sobre a diferença entre genealogia e arqueologia, a qual, aliás, como toda discussão de método, facilitaria muito a leitura se fosse colocada já no início do volume, e não em seu exato meio, como fizeram os autores ao comentar *Signatura rerum* e outros textos "metodológicos". É claro que, contra esta objeção, eles poderiam responder que, para Agamben, o método não anteceda a pesquisa, sendo antes um seu resultado. De qualquer forma, o filósofo italiano parece confundir os dois termos – que mesmo em Foucault, diga-se de passagem, não são diferenciados de maneira clara – ao usá-los indistintamente. Assim, em *O reino e a glória* Agamben diz estar fazendo uma "genealogia do governo e da economia", enquanto em *O sacramento do linguagem* ele nos oferece uma "arqueologia do juramento". Seria interessante, em um livro já tão didático e claro, enfrentar essa discussão, mesmo porque Agamben nunca apresentou uma definição de genealogia tão filosoficamente desenvolvida como a de arqueologia.

Todavia, ao apresentar a diferença entre o arquivo e o testemunho, os autores apontam, de maneira totalmente despretensiosa e muito rápida, para uma importante diferença entre Foucault e Agamben que pode ajudar a entender a especificidade dos campos da genealogia e da arqueologia. Com efeito, se o arquivo compõe um sistema de relações entre o dito e o não dito, entre o fora e o dentro da linguagem, o testemunho vai além na medida em que se volta para o indizível e não simplesmente para o que está dentro e fora da língua, buscando aquilo que se põe entre o dizível e o indizível, entre uma possibilidade e uma impossibilidade de dizer (Agamben, 1998: 134-135). Nesse sentido, sustento que a arqueologia começa onde termina a genealogia. De fato, quando faltam documentos concretos em que o dito e o não dito se põem de maneira explícita ou implícita, torna-se necessário interrogar os pontos de insurgência (*Entstehung*) que, não sendo necessariamente documentais e estando muito próximos das noções de pré-história (*Urgeschichte*) de Overbeck e de franja de ultra-história de Dumézil, articulam o dizível e o indizível para dar lugar, a cada vez, a um (des)sujeito que não é mero vazio ou função como propunha Foucault, mas o terreno sempre movediço em que se problematizam sem cessar a ética e a política.

Entre os elementos positivos do livro – muito superiores às suas pequenas lacunas – está a rápida – mas informadíssima – discussão sobre o tema do animal em

Agamben, tema que inclusive constitui uma das especialidades de ambos os autores. Em poucas linhas eles apresentam uma boa literatura crítica sobre essa importante temática, indicando que, apesar de seus esforços, Agamben – e, de certa forma, seu mestre sombrio Heidegger – permanece preso à máquina antropológica que separa o ser humano e o animal, sem conseguir efetivamente abrir mão das categorias antropológicas que nos impedem de "ver" o animal como animal e não um simples resto do humano.

Outro ponto que merece destaque é a discussão, igualmente breve mas certeira, sobre o caráter supostamente místico do pensamento de Agamben. Longe de tomar essa qualificação enquanto algo pejorativo, como fazem muitos críticos do filósofo italiano, Salzani e Castanò buscam no próprio *corpus* de sua obra o sentido profundo do misticismo, que nada tem a ver com religiosidade ou irracionalismo, mas com a própria estrutura dual do objeto que o filósofo enfrenta sob várias formas ao longo de seus livros e que, articulando díades como *langue* e *parole*, norma e exceção, semiótico e semântico, filosofia e poesia, ato e potência, tragédia e comédia, ameaça sempre naufragar no silêncio do indizível. Dessa feita, a mística, entendida no sentido original grego que Agamben apresenta em um belíssimo livro ainda não traduzido no Brasil – *A moça indizível: mito e mistério de Koré* – corresponde exatamente a possibilidade não de dizer o indizível, e sim de *experimentá-lo* lá onde as fronteiras entre o antes e o depois do humano, entre o animal e o deus se encontram, dando a entender que a obra de Agamben, muito mais do que uma série acadêmica de argumentações e demonstrações feitas sob a óptica da filosofia reduzida à disciplina universitária, pretende ser algo muito diverso, apontando para outra versão da filosofia que hoje se perdeu, qual seja, a filosofia como experiência, como estilo ou, melhor, como forma-de-vida, dimensão em que, mais uma vez, o filósofo italiano se aproxima do último Foucault. Segundo Agamben, "os gregos tinham acesso tanto à animalidade quanto à divindade, mas não ao humano enquanto esfera autônoma. Cristo nos separou tanto do animal como do deus e nos condenou ao humano. Nos mistérios, os gregos experenciavam os extremos da condição humana, sem as quais tal condição era impensável para eles: o deus e o animal" (2010: 29).

Nessa perspectiva, muitas das críticas que se fazem a Agamben – e que os autores conscienciosamente apresentam e, na medida do possível, discutem – simplesmente não fazem sentido. Com efeito, Agamben trabalha com um ponto de vista arqueológico e ontológico que parece não ser entendido por aqueles que, por exemplo, o acusam de não considerar o "corpo feminino", como se o paradigma do *homo sacer* fosse "masculino", exigindo assim um pensar dedicado à *femina sacra*, o que me parece absurdo. Outra crítica comum e facilmente superável para quem conhece a proposta de Agamben é aquela que sustenta que ele não se importa com a "História", sempre subentendida por esses críticos como um conjunto objetivo de fatos e documentos, algo que um filósofo-arqueólogo jamais poderia aceitar. Mas há muito mais, pois me referi rapidamente apenas a algumas críticas mais ou menos sérias e descartei aquelas que, verdadeiramente desonestas, tratam aquele que talvez seja o maior filósofo vivo em um tempo não filosófico – quando, evidentemente, é muito mais difícil filosofar do que em outras épocas – como se ele não passasse de um neoliberal enrustido, um negacionista senil, um complotista enlouquecido, um religioso obscurantista. Na realidade, como parece restar claro após a leitura do belo esforço de reconstrução que seus compatriotas Salzani e Castanò dedicam à obra de Giorgio Agamben, nem mesmo a compreensão de suas intenções arqueontológicas apimentadas com *Destruktion* heideggeriana e messianismo benjaminiano parece ser suficiente para entendê-lo, sendo necessário um enorme

esforço para, escapando das correntes que a filosofia universitária nos impõe, perceber que Agamben vê na filosofia uma prática vivente e, portanto, uma ética, ou seja, um modo de ser feliz, algo de que os professores universitários e *scholars* já se esqueceram há muito tempo, se é que em algum momento o souberam. Por isso, a obra de Agamben – difícil, exigente, idiossincrática em altíssimo grau, revoltante em alguns momentos, sempre angustiantemente bela – constitui não um conjunto de ideias, mas uma experiência que, nos fazendo sofrer, nos abre a possibilidade ao mesmo tempo trágica e cômica de um conhecimento in-fantil: *páthei máthos*.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *La ragazza indicibile: mito e mistero di Kore*. Ilustrações de Monica Ferrando. Firenze: Electa, 2010.

AGAMBEN, Giorgio. *Quel che resta di Auschwitz: l'archivio e il testimone*. Bologna: Bollati Boringhieri, 1998.

CASTANÒ, Ermano; SALZANI, Carlo. *Introduzione a Giorgio Agamben*. Genova: Il Melangolo, 2024.

CASTRO, Edgardo. *Introdução a Giorgio Agamben: uma arqueologia da potência*. Trad. Beatriz de Almeida Magalhães. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

NIETZSCHE, Friedrich. *A gaia ciência*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SOBRE O AUTOR

Andityas Soares de Moura Costa Matos
Doutor em Direito e Justiça pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, Brasil). Pós-Doutor em Filosofia do Direito pela Universitat de Barcelona (Catalunya). Doutor em Filosofia pela Universidade de Coimbra (Portugal). Professor Associado de Filosofia do Direito e disciplinas afins na UFMG. Professor Visitante na Universitat de Barcelona (2015-2016) e na Universidad de Córdoba (Espanha, 2021-2022). Pesquisador Residente no IEAT entre 2017 e 2018. Bolsista de produtividade do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
Mais artigos em: https://ufmg.academia.edu/AndityasSoares.
CV: http://lattes.cnpq.br/0041020568775520.
E-mails: vergiliopublius@hotmail.com e andityas@ufmg.br.